

CORPORAÇÃO, REDE AGROINDUSTRIAL FUMAGEIRA E TERRITÓRIO: TRANSFORMAÇÕES NA DINÂMICA DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL NO VALE DO RIO PARDO - RS

Rogério Leandro Lima da Silveira¹
Universidade de Santa Cruz do Sul - RS
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e
Departamento de História e Geografia

Resumo

Neste trabalho abordamos o papel das corporações multinacionais fumageiras – atores hegemônicos do complexo agroindustrial (CAI) do fumo instalado no Sul do Brasil – nas transformações territoriais recentes do espaço urbano e regional, no Vale do Rio Pardo. Localizada na área centro-oriental do Rio Grande do Sul, a região é o principal local de produção e de processamento industrial de fumo em folha do país. Devido ao CAI do fumo envolver uma ampla e complexa articulação de agentes sociais que operam desde diversos lugares, em diferentes tempos sociais e através de distintas escalas geográficas, optamos por valorizar, nessa análise, o conceito de rede, em sua dimensão geográfica. Nosso objetivo é analisar a dinâmica relacional existente entre a rede agroindustrial fumageira e a organização espacial do Vale do Rio Pardo, notadamente sua rede urbana. O trabalho estruturou-se em três partes: I) Abordagem da perspectiva analítica e metodológica que o conceito de rede possibilita ao entendimento das relações entre o complexo agroindustrial e o território; II) Apresentação das características da organização e funcionamento da rede agroindustrial fumageira e a participação do Vale do Rio Pardo; e III) Análise das relações entre rede fumageira e rede urbana regional, destacando algumas das transformações territoriais recentes.

Palavras-chave: corporação, rede agroindustrial, rede urbana e região.

CORPORACIÓN, RED AGROINDUSTRIAL TABAQUERA Y TERRITORIO: TRANSFORMACIONES EN LA DINÁMICA DE PRODUCCIÓN DEL ESPACIO URBANO Y REGIONAL EN EL VALE DO RIO PARDO - RS

Resumen

En este trabajo abordamos el papel de las corporaciones multinacionales tabaqueras – actores hegemónicos del complejo agroindustrial (CAI) del tabaco instalado en el

¹ Geógrafo, e Doutor em Geografia pela UFSC. E-mail: rlls@unisc.br.

Sur de Brasil – en las transformaciones territoriales recientes del espacio urbano y regional, en el Vale do Rio Pardo. Ubicada en el área centroriental del Rio Grande do Sul, la región es el principal local de producción y de procesamiento industrial de hoja de tabaco del país. Debido a que el CAI del tabaco envuelve una amplia y compleja articulación de agentes sociales que operan desde diversos lugares, en diferentes tiempos sociales y a través de distintas escalas geográficas, optamos por valorar, en ese análisis, el concepto de red, en su dimensión geográfica. Nuestro objetivo es analizar la dinámica relacional existente entre la red agroindustrial tabaquera y la organización espacial del Vale do Rio Pardo, notadamente su red urbana. El trabajo está estructurado en tres partes: I) Abordaje desde la perspectiva analítica y metodológica que el concepto de red posibilita al entendimiento de las relaciones entre el complejo agroindustrial y el territorio; II) Presentación de las características de la organización y funcionamiento de la red agroindustrial tabaquera y la participación del Vale do Rio Pardo; y III) Análisis de las relaciones entre red tabaquera y red urbana regional, destacando algunas de las transformaciones territoriales recientes.

Palabras-clave: corporación, red agroindustrial, red urbana y región.

Introdução

Neste trabalho refletimos sobre o papel das corporações transnacionais fumageiras, que comandam hegemonicamente no país o complexo agroindustrial (CAI) do fumo, bem como do modo de organização e funcionamento desse complexo agroindustrial no processo de produção do espaço urbano e regional do Vale do Rio Pardo. Essa região localizada na área centro-oriental do Estado do Rio Grande do Sul é o principal local de produção, de processamento industrial e de comercialização e exportação de fumo em folha do país.

Tendo presente que a organização do CAI do fumo e a sua respectiva espacialidade envolve uma complexa articulação de inúmeros agentes sociais e organizações econômicas e políticas que operam em diversos lugares, em diferentes tempos sociais e através de distintas escalas geográficas, optamos por valorizar nessa análise o conceito de rede, em sua dimensão geográfica.

No presente trabalho, buscamos contribuir teórica e metodologicamente com o debate sobre as transformações territoriais advindas da relação entre os Complexos Agroindustriais e o território. Nesse aspecto, e com base em reflexões anteriores, desenvolvidas em Silveira (2005 e 2007), realizamos nossa análise sobre a dinâmica relacional existente entre as atividades desenvolvidas no âmbito do que denominamos rede agroindustrial fumageira e a organização e o funcionamento recentes da rede urbana do Vale do Rio Pardo.

Organizamos nossa reflexão em três momentos. Em um primeiro, estabelecemos de modo sucinto como estamos entendendo e utilizando o conceito de rede, destacando a sua importância como ferramenta analítica e metodológica, para o entendimento de como se processam as relações entre um complexo agroindustrial e o território. Em um segundo momento, apresentamos as principais características da constituição e do funcionamento da rede fumageira e o papel desempenhado pelo Vale do Rio Pardo nesse arranjo produtivo. Por fim, analisamos as relações existentes entre a rede agroindustrial fumageira e a rede urbana, destacando as particularidades desta interação e algumas das principais transformações recentes na dinâmica de organização do território e da rede urbana regional.

A rede como possibilidade analítica da relação Complexo Agroindustrial - Território

De maneira geral, os estudos no campo das ciências sociais em relação aos Complexos Agroindustriais, ao abordarem os efeitos econômicos, sociais e políticos do seu processo de funcionamento, de sua reestruturação produtiva e gerencial, bem como de suas estratégias e relações de poder, o fazem tratando a dimensão espacial como palco desses processos e/ou como simples localização dos segmentos econômicos da cadeia produtiva e das áreas de produção agrícola.

Uma das principais características quanto à estrutura e o funcionamento dos CAIs é a afirmação de uma racionalidade organizacional que valoriza, simultaneamente, a especialização, a articulação e a interconexão de seus distintos segmentos e atividades, localizados em diferentes lugares e regiões do espaço mundial.

Assim, nos parece que não há como pensar a espacialidade da atividade agroindustrial, somente como receptáculo das atividades e dos processos produtivos, das ações econômicas e políticas, dos fluxos materiais e de capitais, e das normas e regulações gerenciais. O espaço deve sim, ser pensado, simultaneamente, como condição e reflexo do processo de reprodução da sociedade.

Nesse aspecto, pensar a espacialidade de um CAI implica que consideremos a lógica e a dinâmica pelas quais os agentes sociais envolvidos se relacionam através de distintos tempos sociais e a partir de diferentes escalas espaciais, e os reflexos dessa interação na organização do território.

Relações essas que devem ser pensadas como oriundas de um novo contexto social e econômico capitalista, onde identificamos a liberalização, a globalização e a integração econômica e política, e também a fragmentação do Estado e a crescente complexidade da sociedade civil. Assim, a redefinição das relações entre o público e privado, envolvendo diferentes agentes, tem levado ao surgimento de novos arranjos institucionais e novos modos de regulação também no âmbito do CAI, caracterizando o que Paullilo (2000) define como legítimas “redes de poder”.

Nessa perspectiva da rede de poder, os encadeamentos tecnológicos e produtivos verificados nos CAIs são caracterizados, “...pela interdependência dos atores, pela complementaridade dinâmica dos segmentos, pelo intercâmbio de recursos de poder e pela articulação de interesses.” Paulillo (2000, p.3)

Diante desse novo contexto, Mazzali (2000), assinala que a noção de CAI já não responde inteiramente às mudanças experimentadas pelo setor agroindustrial brasileiro em sua dinâmica produtiva e organizacional. Para ele, há evidências de um novo padrão de articulação dos agentes econômicos caracterizado pela organização em rede que expressa melhor as novas estratégias de interação entre os agentes no âmbito da cadeia produtiva e no relacionamento entre concorrentes.

Do ponto de vista da análise do arranjo produtivo agroindustrial, merece aqui destaque a contribuição de Cunha (2003), que aborda os ganhos e limites do uso e da aderência do conceito de rede ao sistema agroindustrial. Contrariamente ao que sugere Mazzali (2000), ele assinala que a rede não pode ser tomada como um novo paradigma teórico, nem tampouco ser representativa de uma nova etapa histórica do

desenvolvimento capitalista na agricultura, aonde a rede vem suceder a conformação do complexo agroindustrial. Entendemos também como Cunha (2003), que o conceito de rede pode ser utilizado, sim, como uma ferramenta analítica que nos permite superar a análise da cadeia produtiva, tradicionalmente baseada nos custos econômicos de transação.

Essas percepções nos levam a refletir quanto ao papel que o conceito de rede, enquanto forma particular de organização técnica, transacional e informacional, como sugere Machado (1995), pode desempenhar, teórica e metodologicamente, na análise geográfica das relações existentes entre um dado CAI e o território que ele integra e interage.

Uma primeira consideração quanto à importância estratégica e funcional da rede é o reconhecimento de que a afirmação do espaço dos fluxos tem requerido, cada vez mais, aos territórios condições que assegurem graus maiores de fluidez e de funcionalidade técnica. (SANTOS, 1996 e VELTZ, 1999).

A definição do conceito de rede implica que consideremos duas dimensões complementares: a formal e a constitucional. A forma e a materialidade da rede são expressas por toda infra-estrutura, que permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, se inscreve sobre um dado território. (CURIEN e GENSOLLEN, 1985). Por sua vez, a constituição e o conteúdo da rede “é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a freqüentam”. (SANTOS, 1996, p.209).

Nessa direção, Dias (1995, p.147) complementa que a rede apresenta a propriedade de conexidade, isto é, através da conexão de seus nós ela, simultaneamente, tem a potencialidade de solidarizar ou de excluir, de promover a ordem e a desordem.

Uma segunda consideração se refere ao fato de que as redes além de serem animadas por fluxos são também dinâmicas e ativas, mas não trazem em si mesmas seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Este é produzido tanto por dinâmicas locais, regionais quanto globais, notadamente demandadas pelas grandes organizações. (SANTOS, 1996). Ou seja, devemos ter presente que as redes não podem ser pensadas enquanto protagonistas que diretamente determinam economias e influenciam sociedades. Para nós, as redes, devem ser entendidas

como produtos da sociedade em determinado momento histórico, e, acima de tudo, como suporte de ações. (OFFNER, 1993).

Em terceiro lugar, entendemos que a realidade da interação entre redes e territórios tem negado os mitos da desterritorialização e de um espaço dual, bem como aquele dos possíveis efeitos estruturantes que as redes têm sobre os territórios. (OFFNER, 2001). Todavia, as redes não são neutras quanto à dinâmica territorial, elas tornam possível a criação ou o reforço da interdependência entre os lugares, e também podem contribuir para a produção de desigualdades territoriais. (OFFNER e PUMAIN, 1996).

Por fim, pensamos que a atual dinâmica de constituição e funcionamento dos complexos agroindustriais nos permite identificá-los e relacioná-los como sistema complexo, sistema esse aberto ou dinâmico, nos termos definidos por Prigogine e Stengers (1993). Assim, os graus de incerteza, de instabilidade e de desordem que eles experimentam em sua constituição resultam de amplas e complexas interações conectivas entre diversos segmentos econômicos, distintos agentes sociais envolvidos, e da articulação de um conjunto de lugares situados em níveis distintos escalares. Essa dinâmica organizacional informa também a existência de uma troca corrente de energia (trabalho), de matéria (bens e produtos), de capital e de informação, entre os segmentos, entre agentes do CAI, e entre os lugares onde se situam. Nos marcos desse novo sentido constitucional do CAI, a idéia da presença de fluxos animando e possibilitando processos de organização e de interação, nos aproxima do conceito de rede, enquanto forma de organização.

A rede agroindustrial fumageira e o território regional do Vale do Rio Pardo

Em Silveira (2005), vimos que a atual configuração do complexo agroindustrial do fumo e a espacialização de sua organização, através da rede agroindustrial fumageira, nos permitem identificar a constituição do circuito espacial de produção e do círculo de cooperação, vinculados à fumicultura. A configuração do circuito espacial de produção fumo integra distintos e muitas vezes distantes lugares: áreas rurais produtoras de fumo, pontos de produção e de comercialização de insumos biotecnológicos, químicos e mecânicos, pontos de recebimento e de armazenamento do produto nas localidades mais distantes das usinas de

beneficiamento, indústrias de produção de máquinas e de equipamentos, empresas de serviços de logística e de transporte, centros de beneficiamento e processamento industrial, fábricas de cigarro, pontos de distribuição, de comercialização e de exportação dos produtos, e mercados consumidores no país e no exterior. (Fig.2).

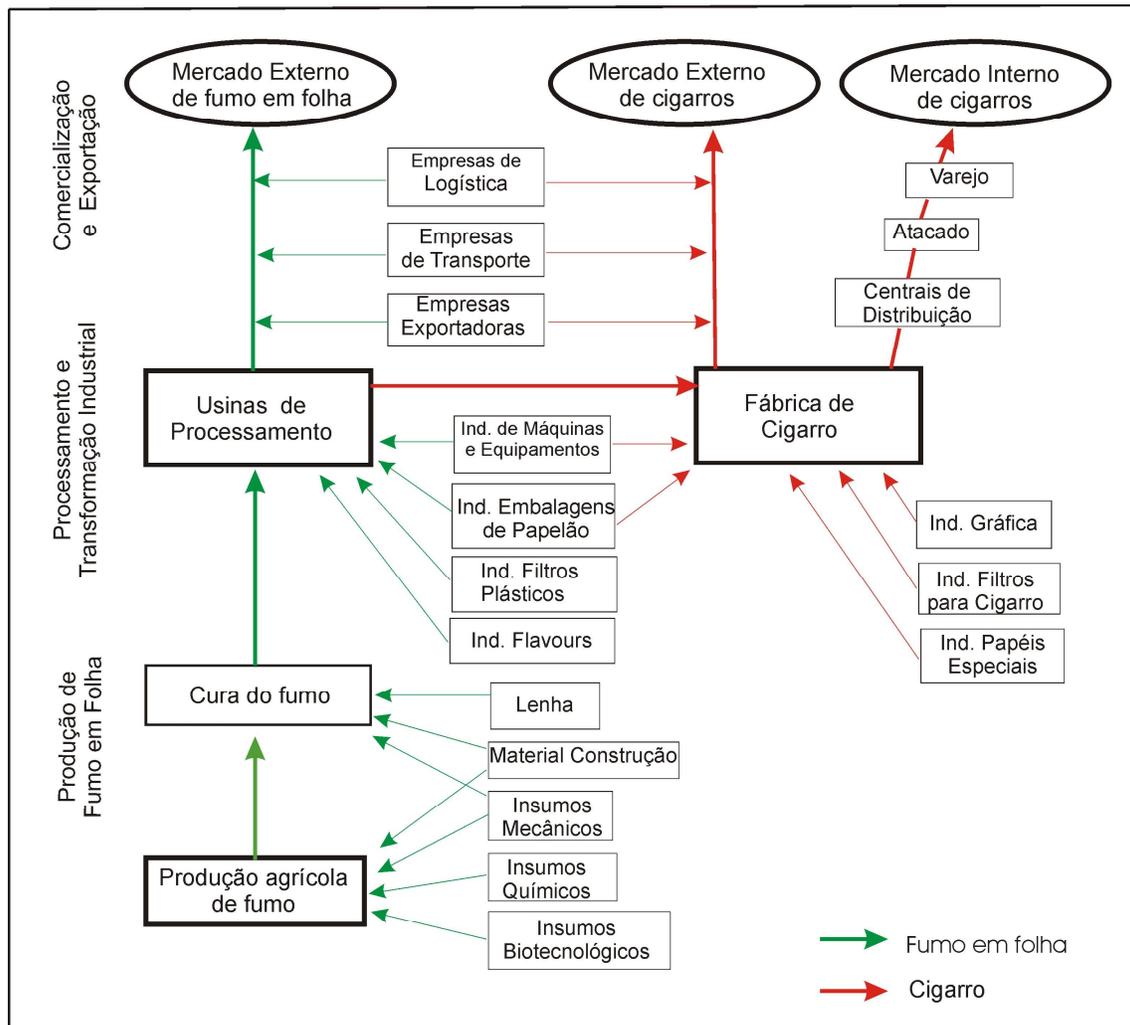


FIGURA 1 - Vale do Rio Pardo: os circuitos espaciais de produção do fumo e do cigarro

Fonte: SILVEIRA (2007)

Tais lugares, com específicas funções no conjunto das cadeias produtivas do cigarro e do fumo beneficiado, são articulados através da cooperação operacional e técnica entre unidades da mesma empresa, da cooperação econômica entre empresas distintas ou de setores complementares, mas também por meio da cooperação política entre as empresas e o Estado. Essas relações cooperadas

instituem as condições para que matéria-prima, insumos, equipamentos, mão-de-obra, capitais, tecnologia, ordens e informações circulem no território de modo a garantir, simultaneamente, a acumulação e a reprodução do capital. Elas igualmente revelam o poder das agroindústrias multinacionais, que para conseguirem por em movimento o que produzem, mostram toda sua capacidade de controlar, contornar, persuadir, pressionar, ou seja, seu poder em garantir suas demandas de regulações, ações e objetos técnicos (infra-estrutura) que permitam essa circulação no território, da região aos mercados nacional e internacional.

Em cada ponto, em cada nó da rede agroindustrial fumageira, os agentes experimentam um leque de relações econômicas, sociais e políticas que refletem tanto as particularidades e contingências dos lugares em que as atividades se desenvolvem, quanto aos reflexos da interdependência em relação aos fluxos e ações encetados desde outros segmentos e lugares que integram o complexo agroindustrial, e às determinações do mercado global.

A região do Vale do Rio Pardo, constituída atualmente de 22 municípios, apresentava em 2006 uma população total de 421.211 habitantes. (FEE, 2007). Mundialmente conhecida como uma das principais áreas produtoras e processadoras de fumo em folha, a região se destaca tanto em termos da produtividade e qualidade de sua produção, quanto da competitividade de seu preço. As plantas de processamento industrial das agroindústrias fumageiras multinacionais localizadas na região processam atualmente cerca de 80% da safra nacional de fumo em folha, cuja produção é realizada majoritariamente na região Sul do Brasil.

O fumo vem sendo produzido nessa região desde a segunda metade do século XIX, quando da instalação das primeiras colônias de imigrantes alemães. Porém, foi desde a internacionalização do setor fumageiro, a partir da década de 1970, que a região passou a desempenhar um papel destacado na configuração espacial deste setor. As atividades de processamento, comercialização e exportação de fumo em folha são realizadas de forma hegemônica por três subsidiárias de grandes conglomerados: Companhia de Cigarros Souza Cruz (ligada ao grupo *British American Tobacco Inc.*, de capital anglo-americano), Universal Leaf Tabacos Ltda. (ligada ao grupo americano *Universal Leaf Tobacco Inc.*) e a Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. (ligada ao grupo americano *Alliance One Internacional Inc.*). Tais empresas obtêm o fumo através do sistema integrado de

produção instituído, simultaneamente, por meio da contratação da safra de fumo junto aos agricultores fumicultores, e do repasse a esses das normas e insumos de produção.

A produção regional de fumo se realiza em propriedades minifundiárias, em média com menos de 20 hectares, através, predominantemente, do trabalho familiar, e onde a fumicultura é sua principal fonte de renda. Embora o fumo represente 22% da área total plantada destinada às lavouras temporárias, o valor da sua produção responde por 56% do valor total dos demais produtos colhidos na região. Essa produção envolve aproximadamente a participação de cerca de 70 mil produtores rurais familiares. (IBGE, 1995).

A importância da fumicultura na economia regional também pode ser sentida no âmbito do segmento industrial. Dados da FEE-RS, de 2000, mostram que, embora representem apenas 6% do total dos estabelecimentos industriais da região, as agroindústrias fumageiras respondem por 59% do total dos empregados em estabelecimentos industriais, aproximadamente 15 mil postos, entre empregados efetivos e temporários. Estes últimos se vinculam às agroindústrias fumageiras durante seis meses do ano, no período em que ocorre o beneficiamento industrial da safra de fumo.

Após ser beneficiado industrialmente, 84% do fumo processado segue o caminho da exportação para os principais centros fumageiros internacionais. O restante tem como destino as fábricas de cigarro localizadas no país.

Aproximadamente 65% do PIB regional estão vinculados às atividades agroindustriais fumageiras, o que demonstra que a economia regional é significativamente especializada. (SILVEIRA, 2007).

Isso significa que estamos diante de uma região verticalmente integrada à economia globalizada por meio, principalmente, das ações e regulações operadas pelas corporações multinacionais agrofumageiras no mercado mundial. Assim, a região se caracteriza por abrigar importantes pontos e nós da rede agroindustrial fumageira.

A dinâmica de organização desse ramo agroindustrial revela uma produção e organização espacial que assegura a articulação e a racionalidade necessárias ao desenvolvimento do complexo agroindustrial. Tal configuração territorial envolve

diferentes lugares e distintos níveis escalares: áreas rurais produtoras de fumo, pontos de recebimento e de armazenamento do produto nas localidades mais distantes das usinas de beneficiamento, centros de beneficiamento e processamento industrial, fábricas de cigarro, pontos de distribuição, de comercialização e de exportação dos produtos; e centros de gestão e de regulação. Esses lugares, com específicas funções no conjunto do complexo agroindustrial são articulados através da rede fumageira, na qual mercadorias, mão-de-obra, capitais, tecnologia, ordens e informações circulam de forma a garantir a reprodução e a acumulação de capital.

Por sua vez, as práticas e as estratégias utilizadas pelos distintos agentes no desenvolvimento da atividade agroindustrial fumageira apontam para a existência de uma rede organizacional de formato vertical. Isso ocorre na medida em que, no âmbito da região, ela é organizada a partir de um ponto principal – onde se situam um número limitado de grandes empresas multinacionais – que coordenam de forma hegemônica a articulação com os demais nós – onde se situam os demais atores: produtores rurais fumicultores, empresas comerciais e de serviço, outras indústrias, trabalhadores urbanos, entidades de classe e organismos governamentais – bem como influenciam e condicionam as interações entre esses integrantes da rede, exercendo forte influência sobre as suas ações.

A análise do processo de produção do espaço geográfico no Vale do Rio Pardo implica a mediação de distintas escalas geográficas, onde o vínculo mediador é a rede agroindustrial fumageira e as relações que ela possibilita no processo de desenvolvimento da região. Isso porque a economia regional está íntima e simultaneamente imbricada com a dinâmica econômica e, principalmente, com as determinações do mercado internacional fumageiro, através das ações e das estratégias das corporações multinacionais fumageiras que o controlam oligopsonicamente.

A consolidação dessa rede agroindustrial fumageira fez-se acompanhada de um intenso, mas seletivo processo de modernização, em que o espaço regional passou a apresentar um novo conteúdo técnico-científico e informacional, sendo estruturado e organizado para atender aos requisitos necessários à continuidade da plena racionalização e do funcionamento eficaz do ramo fumageiro no âmbito mundial.

Tal lógica orientou na região a construção de novas e mais eficientes estufas de fumo nas propriedades rurais, e a instalação e a modernização tecnológica das usinas de processamento, a construção de armazéns refrigerados, terminais de contêineres e novos locais de gestão da produção e da exportação do fumo, nas principais cidades da região.

A organização da rede agroindustrial fumageira mundial produz um fluxo contínuo e atualizado de normas e informações que permeiam a sua totalidade, circulando por seus distintos segmentos reticulares e articulando diferentes lugares participantes. Nesse aspecto, na escala global em que atuam as agroindústrias multinacionais, a instalação desses objetos e sistemas técnicos no território representa a racionalidade e o ordenamento necessários à reprodução ampliada do capital, enquanto na escala regional representa a desordem e a irracionalidade, pelo caráter seletivo e desigual quanto ao uso que oportunizam e pelas implicações sociais e espaciais que promovem.

Nas áreas rurais, as multinacionais impuseram o seu padrão organizacional e tecnológico de produção através da introdução e difusão espacial de novos objetos técnicos – sementes selecionadas, insumos químicos, equipamentos – e de normas técnicas de cultivo, de cura, de classificação e de comercialização do fumo. Esses novos objetos e ações possibilitaram um aumento na produtividade e na qualidade da produção. Entretanto, essa modernização foi relativa. O aumento da produção de fumo deveu-se, acima de tudo e combinadamente, à intensificação do uso de novos objetos técnicos, da exploração intensiva da mão-de-obra de 35 mil famílias de fumicultores, e da extração do seu sobretrabalho pelas agroindústrias multinacionais.

Por sua vez, essas ações também acabaram incidindo, direta e indiretamente, no processo de urbanização das cidades da região, e na dinâmica de constituição e funcionamento da rede urbana regional.

Rede agroindustrial fumageira e rede urbana: materialidade, organização e mudança no território regional

Ao pensarmos a lógica de constituição e funcionamento da rede agroindustrial fumageira e ao compreendê-la como uma forma de organização sistêmica podemos procurar sua relação com o processo de organização territorial, com a divisão

territorial do trabalho e com o processo de urbanização. A análise das relações existentes entre rede agroindustrial fumageira e a rede urbana regional, apreendendo suas características e particularidades, possibilita compreender a lógica e a dinâmica de funcionamento da relação entre o CAI do fumo e o território regional, bem como dos processos de sua utilização.

Entendemos que a rede urbana, em função de seu conteúdo técnico e informacional, possibilita um incremento à circulação de pessoas e produtos, mas também de relações sociais e econômicas, o que sinaliza uma mudança no significado das cidades. Assim, no âmbito da circulação, devemos reconhecer o papel estrutural das cidades que, organizadas em rede, promovem a unificação do mercado e a articulação dos diferentes espaços. As cidades não apenas são os suportes da organização territorial regional ou nacional, mas se inserem, simultaneamente, em redes de intercâmbio com outras cidades, desempenhando, de acordo com sua função e tamanho, papéis diferentes na estruturação do território, em distintas escalas geográficas. (OFFNER e PUMAIN, 1996).

Nesse sentido, há que se ter presente na análise do espaço regional “(...) que as cidades constituem, cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediação e da demanda também crescente de relações”. (SANTOS E SILVEIRA, 2001, p.281).

Também reconhecemos na região, nos termos postos por Corrêa (1999), o poder político e econômico das corporações multinacionais fumageiras, e o uso que elas fazem deste poderio no sentido de afirmarem sua condição de agente hegemônico na organização e gestão do território. Estas empresas promovem ações e engendram práticas espaciais que se manifestam de modo desigual sobre as formas e funções do espaço regional, e sobre os agentes sociais que nele atuam, criando e reestruturando a rede urbana. Trata-se, como sugere Rozenblat (2001) da existência de uma dinâmica particular de interação entre o sistema espacial - a rede urbana regional – e o sistema produtivo – a rede agroindustrial fumageira.

Tendo isso presente, podemos fazer algumas considerações em relação as principais características e particularidades do processo recente de transformações territoriais experimentados pelos núcleos urbanos e pela rede urbana que eles configuram na região do Vale do Rio Pardo.

Uma primeira consideração se refere a diversidade dos centros urbanos que constituem a rede urbana do vale do Rio Pardo. Diversidade essa manifesta tanto pela origem histórica dos seus núcleos urbanos, como também pela estrutura fundiária dos municípios em que eles estão localizados e que, influenciam e contribuem para dinâmicas econômicas diferenciadas. Assim, é preciso considerar o seu diverso conteúdo étnico-cultural, resultado do seu processo histórico da formação territorial. Nele vamos ter a presença cidades fundadas por lusos e açorianos, como os municípios de Rio Pardo (1809) e de General Câmara (1865), quando do processo inicial de ocupação e povoamento do território gaúcho; inúmeros núcleos urbanos originados pela colonização alemã, como são os casos de Santa Cruz do Sul (1849) e de Venâncio Aires (1891); e também cidades fundadas por imigrantes italianos, como é o caso de Sobradinho (1927).

Quanto à estrutura fundiária existente, ela igualmente é diferenciada nos municípios da região. Desde 1920, nos municípios localizados em áreas de colonização alemã e italiana como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e, Sobradinho onde há um forte predomínio do minifúndio e da agricultura familiar, tem ocorrido um intenso processo de fragmentação da propriedade agrícola. A área média das propriedades rurais que era de 40 ha em 1920, atualmente é de menos de 20 ha. Isso tem interferido negativamente no parcelamento da terra para a divisão por herança e promovido a expulsão dos filhos dos camponeses das áreas rurais para as áreas urbanas das principais cidades da região. Por sua vez, nos municípios povoados por lusos e onde predominam as médias e grandes propriedades, como os de Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, Pantano Grande, tem ocorrido o processo de concentração fundiária. Neles, segundo o IBGE (1995), em torno de 60% do total da área rural esta localizada nos estabelecimentos agrícolas que possuíam de 200 a mais de 500 hectares, e esses representavam apenas 5,43% do total de estabelecimentos agrícolas. As principais atividades têm sido a pecuária extensiva, especialmente a de gado bovino e ovino, e a orizicultura. Dada a forte concentração de terra, aliada a baixa produtividade e a excessiva dependência do setor primário, nas últimas três décadas, essas economias municipais apresentaram-se crescentemente estagnadas, e muitas pessoas tanto da zona rural como urbana têm migrado para as cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, e as da área metropolitana de Porto Alegre.

A dinâmica de desenvolvimento urbano regional, contudo se diferencia e se complexifica ainda mais quando do processo de internacionalização da fumicultura, a partir da metade dos anos sessenta do século passado. Isso nos remete para uma segunda consideração.

Nesse aspecto, o desenvolvimento da rede agroindustrial fumageira envolve a existência de importantes vínculos entre a produção do fumo realizada pelos agricultores, nas áreas rurais, o beneficiamento e o processamento desse produto pela indústria fumageira, nas principais cidades da região. Tais vínculos se manifestam pelas formas de aquisição dos insumos pelos produtores, quando a indústria intermedia e avaliza o financiamento junto aos bancos; pelo calendário agrícola e pelo padrão tecnológico determinado pela indústria e posto em prática sob sua orientação e assistência técnica; pelo sistema de transporte operado pelas indústrias, que levam os insumos e trazem o fumo dos produtores (conhecido como "sistema leva-e-traz") e, principalmente, pela relação contratual de exclusividade por parte dos produtores quanto ao fornecimento de fumo para determinada empresa e, ao mesmo tempo, a garantia por parte desta, de aquisição da produção. (SILVEIRA, 2003).

Nesse sentido, o sistema urbano regional apresenta um grau cada vez maior de complexidade, uma vez que, embora articuladas em rede, as cidades, além de intimamente vinculadas às suas zonas rurais, apresentam entre si um constante e progressivo processo de diferenciação do seu conteúdo técnico-científico em função das distintas formas como essas cidades se inserem e participam na divisão territorial do trabalho. Também é desigual o modo como recebem e reagem os efeitos das normas e regulações organizacionais, das mudanças tecnológicas e das estratégias econômicas definidas pelas corporações transnacionais, bem como as determinações desse mercado controlado de forma oligopsônica.

Dessa maneira, as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz consolidam-se como importantes suportes logísticos ao processamento industrial e a comercialização do fumo na região. Estas cidades, em especial as duas primeiras, se destacaram nos últimos vinte anos pela incorporação, ainda que seletiva, em seus territórios de inúmeros e modernos objetos e sistemas técnicos, como distritos industriais, aeroportos, terminais de containeres, etc. Sistemas esses, demandados

e funcionais, principalmente, à reprodução do capital monopolista internacional agrofumageiro.

Já as inúmeras pequenas cidades da região, nas últimas três décadas, além de terem apresentado ritmos menores de crescimento de sua população urbana, têm também, diante da atual estrutura econômica, desempenhado o papel de simples pontos de passagem da produção do fumo, que é feita em seu entorno rural, da mão-de-obra excedente e da renda familiar dos seus agricultores às principais cidades da região. Entre alguns exemplos podemos citar as cidades de Arroio do Tigre, Tunas, Lagoão, Gramado Xavier, Vale do Sol e Vale Verde.

Como pontos que, basicamente, sediam os poderes executivo e legislativo municipal, a igreja católica e a protestante, um número limitado de agências bancárias, de estabelecimentos comerciais e de serviços, essas cidades apresentam uma dinâmica de reprodução espacial, tradicionalmente dependente e determinada pelas contingências que envolvem o desenvolvimento da estrutura fundiária e da produção agrícola municipal. Nessa condição, muitos têm sido os obstáculos e as dificuldades para uma efetiva modernização e tecnificação dos seus territórios.

Uma terceira consideração se refere às intensas mudanças experimentadas pelas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz em seus processos de urbanização, a partir da internacionalização da agroindústria fumageira e da conseqüente instalação e modernização nessas cidades de plantas industriais de processamento de fumo e de fabricação de cigarro². Entre 1980 e 2000, a cidade de Santa Cruz do Sul apresentou um incremento de 38.691 novos habitantes, representando um crescimento de 70,22% em relação à população existente em 1980. Entre 1991 e 1996 imigraram para a cidade cerca de 7.020 pessoas oriundas de outros estados e outros municípios da região e do Rio Grande do Sul. Em Venâncio Aires e em Vera Cruz, a intensidade do crescimento da população urbana entre 1980 e 2000 foi ainda maior. Enquanto em Vera Cruz houve um incremento de 5.129 novos habitantes, o correspondente a um aumento de 107%, em Venâncio

² Em 2000, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, as cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz possuíam, respectivamente, uma população urbana de: 93.786 habitantes, 36.193 habitantes e 9.901 habitantes. E taxas de urbanização, respectivamente de: 83,02%; 56,13% e 41,17%. A taxa de urbanização da região do Vale do Rio Pardo, nesse ano, era de 54,6%.

Aires, a população urbana foi acrescida de 19.567 novos habitantes, representando no mesmo período um acréscimo populacional da ordem de 118%.

Além disso, a complexificação de suas funções urbanas, especialmente em Santa Cruz do Sul - com o desenvolvimento de um conjunto de atividades complementares a fumicultura, nos setores de comercialização, crédito, logística e tecnologia, bem como pela dinamização do comércio e setor de serviços - tem permitido a essas cidades graus maiores de centralidade urbana no âmbito da região. Desse modo, e diante da importância de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul no âmbito da economia regional, em termos da oferta diversificada de serviços, arrecadação de tributos, geração de empregos e renda *per-capita*, essas cidades atualmente se credenciam, como os principais nós da rede urbana regional.

Em quarto lugar, destacamos ainda que é através dessas cidades, e especialmente de Santa Cruz do Sul, que a integração vertical da região ao mercado mundial do fumo se realiza. Como expressão de uma cooperação, simultaneamente mais ampla e seletiva, do ponto de vista econômico e político, a articulação da cidade de Santa Cruz do Sul com as cidades nas quais estão localizadas as sedes das corporações multinacionais, no exterior, encerra acima de tudo uma solidariedade organizacional baseada sobretudo no imperativo da circulação, do intercâmbio, e do controle.

Assim, Santa Cruz do Sul, como principal centro da rede fumageira no Brasil, recebe, intermedia e difunde para o conjunto das demais cidades e áreas rurais da região, e das demais regiões produtoras de fumo no Sul do Brasil, as informações, as normas e regulações advindas das sedes das empresas matrizes e dos principais centros mundiais de comercialização, quanto à dinâmica dos processos de produção agrícola, beneficiamento e transformação industrial, comercialização e distribuição do fumo.

Além disso, Santa Cruz do Sul, pela maior integração das atividades agroindustriais ao circuito de sua economia urbana e pela crescente regulação urbana das inovações técnicas introduzidas na produção agrícola e na comercialização do fumo, consolidou sua posição de principal centro urbano da rede urbana regional. Venâncio Aires e Vera Cruz, de modo distinto, igualmente reforçaram sua importância como centros de processamento industrial do fumo, e como cidades intermediárias na rede urbana regional.

Por fim, também destacamos alguns dos principais reflexos do funcionamento atual da rede agroindustrial fumageira, e do modo como a região dela participa, na organização e funcionamento da rede urbana regional. A forte integração vertical da região ao mercado internacional, aliada à grande dependência econômica dos municípios e das cidades em relação aos impostos gerados pela comercialização e exportação do fumo e do cigarro, tem tornado os municípios e as economias urbanas mais expostas e suscetíveis às eventuais perturbações e mudanças que ocorrem no mercado, bem como às recorrentes alterações na política fiscal do país e do estado.

Simultaneamente, as relações horizontais instituídas através do funcionamento do CAI do fumo na região revelam uma divisão territorial do trabalho que impõe uma limitada segmentação produtiva e uma pequena diversificação das etapas do trabalho agroindustrial fumageiro na região. A atual distribuição espacial das atividades restringe a realização de trocas, inibe as interações e as relações espaciais mais abrangentes e dinâmicas entre os lugares e as cidades da região, dificultando a promoção de graus maiores de sinergia e de complementaridade econômica entre eles – condições importantes para um desenvolvimento econômico mais espraiado na região. Grande parte dos principais insumos, das máquinas e dos equipamentos e dos serviços mais especializados, demandados nas etapas de produção, processamento e comercialização de fumo, e produção e comercialização de cigarros, não são produzidos na região, mas em lugares externos, no país e no exterior – impondo limites significativos a um maior intercâmbio e a uma maior interação produtiva entre os núcleos urbanos da região.

Assistimos no presente a um aprofundamento do intercâmbio desigual entre as áreas rurais e pequenas cidades da região e as cidades de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, através da forte drenagem, para estas, do fumo, da mão-de-obra excedente e da renda advinda do sobretrabalho dos camponeses da região e das demais regiões fumageiras do estado. Os novos sistemas de engenharia instalados no território e a ampliação do consumo produtivo e consumptivo na região também contribuem para reforçar a estrutura hierárquica da rede urbana regional, ampliando a anterior liderança industrial, comercial e de serviços de Santa Cruz do Sul no âmbito da rede urbana regional.

Referências

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. In: *Revista Território*, ano IV, n° 6. jan. / jun. 1999. p. 43-53

CUNHA, A. R. A. de Almeida. Um novo enredo para uma velha história? Uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar. *Texto para Discussão n° 187*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, MG, 2003.

CURRIEN, N. e GENSOLLEN, M. Réseaux de télécommunications et aménagement de l'espace. *Revue Géographique de L'est*, n° 1 p.47-56, 1985.

DIAS, L. C. O conceito de rede: Emergência e organização. In: Corrêa, R.L.; CASTRO, I.E. de; e GOMES, P. C. C. (Org.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ, 1995. p. 141-162.

FEE - FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Índice de desenvolvimento socioeconômico – 2000 e 2007*. FEE-RS. Centro de Informações estatísticas. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php>. Acesso em 05 abril 2007.

IBGE. *Censo Demográfico do Brasil. Rio Grande do Sul - 2000*.

_____. *Censo Agropecuário do Brasil. Rio Grande do Sul -1995*.

MACHADO, L. O. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. In. *Cadernos do IPPUR*, ano IX, n° ¼, jan. /dez., 1995. Pp. 83-106.

OFFNER, J-M. e PUMAIN, D. *Réseaux et territoires – Significations croisées*. Editions de l' Aube, 1996.

OFFNER, J-M. Territorial deregulation: Local authorities at risk from technical networks. *International Journal of Urban and Regional Research*, Vol. 24, n° 1, march, 2000. p.165-182.

_____. Les “effets structurantes” du transport: mythe politique, mystification scientifique. In: *L'espace géographique*, n° 3, 1993, p.233-242.

PAULILLO, L. F. *Redes de Poder e territórios produtivos*. São Carlos: Rima/Ed.UFSCar, 2000.

PRIGOGINE, I. e STENGERS, I. *Sistema*. Enciclopédia Einaudi. Vol. 26. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A. e SILVEIRA, M. L. *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, R. L. L. da. *Complexo Agroindustrial do Fumo e Território: A formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo – RS*. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Florianópolis: UFSC, Agosto, 2007.

_____. *Complexo Agroindustrial, Rede e Território*. In: DIAS, L. C. e SILVEIRA, R. L. L. da (org.) *Redes, Sociedades e Territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

_____. *Cidade, Corporação e Periferia Urbana*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, RS. 2003.

MAZZALI, L. *O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”*. São Paulo: Ed. Unesp. SP. 2000. .

ROZENBLAT, C. *Les réseaux de villes et les réseaux des entreprises multinationales en Europe (1990-1996)*. In: PARROCHIA, D. (Org.) *Penser les réseaux*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 2001. Pp.71-87

VELTZ, P. *Mundialización, ciudades y territorios*. Barcelona: Ed. Ariel, 1999.